

---

# O MALDITO

---

JORNAL DO GRUPO PET ECONOMIA - Nº 1 - JUNHO 2024

---

## O Maldito está de volta!

É com grande entusiasmo que voltamos com a primeira edição do renascido jornal do grupo PET de Economia, que, para efeitos de tradição e identidade, decidimos manter com o nome icônico: "O Maldito".

Embora possa parecer retrógrado investir em um meio de comunicação impresso na era das redes sociais, da internet de alta velocidade e das múltiplas plataformas digitais, nós ainda acreditamos na força de um jornal para fomentar reflexão, sentimento e crítica.

Nos anos 90, "O Maldito" se destacou por sua abordagem crítica e aprofundada dos temas econômicos e sociais. Agora, retomamos essa missão com o mesmo espírito combativo, inquieto e provocador.

Queremos olhar criticamente para a sociedade em que vivemos e promover debates que muitas vezes são silenciados.

Precisamos nos informar, nos formar e compartilhar o conhecimento que adquirimos com todos ao nosso redor.



Queremos um curso de Economia mais dinâmico, atualizado e participativo.

Estamos convencidos de que "O Maldito", dentro de suas possibilidades, contribuirá significativamente para esses objetivos.

Divulgando atividades, textos e artigos de alunos e professores, e, acima de tudo, dialogando com toda a comunidade do curso.

Além disso, o jornal vai mostrar a cara do grupo PET, quem somos e o que fazemos. Que ele seja uma ferramenta poderosa para pensar, sentir e criticar o mundo à nossa volta.

Até que enfim.

MALDITO.

---

## NESTA EDIÇÃO

Iniciamos esta edição com um mergulho fascinante na História do Pensamento Econômico, onde apresentamos uma análise provocativa e instigante no texto "There's no such a thing as a supply curve". Prepare-se para desafiar conceitos tradicionais e explorar novas perspectivas econômicas!

Privatizar é realmente uma boa opção? Convidamos você a tirar suas próprias conclusões ao ler o texto "Privatiza que piora".

E, por fim, apresentamos um texto que destaca a importância da greve, um movimento que estamos presenciando desde abril!

Esta análise detalha os impactos e a relevância das greves no cenário atual, oferecendo uma compreensão aprofundada dos desafios envolvidos.

---

## “There's no such a thing as a supply curve”

Marco Aurélio Bach de Paula

A provocativa afirmação categórica “Não há tal coisa como uma curva de oferta” é uma paráfrase da doutrina econômica de Phillip Wicksteed (1844-1927), construída principalmente em seu já esquecido tratado *The Common Sense of Political Economy* (1910). Este autor, de biografia *sui generis*, representa de forma enfática o marginalismo “não marshalliano” que ainda possui resquícios na ciência econômica.

O contexto ao qual é aplicada, por Wicksteed, essa enigmática noção é a discussão da teoria geral de determinação dos preços de mercado. A ideia é que a oferta, na verdade, consiste também em uma demanda. Para obter este resultado, o economista inglês formula sua teoria dos preços através de um motor imóvel específico, em referência à psicologia e à teoria teleológica de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, influentes em seu pensamento, concebido como a valoração subjetiva dos agentes, que se encerra na ideia de utilidade marginal. Os preços emergem da interação dos agentes em relação à escassez relativa do bem, de tal forma que há um estoque fixo do bem e todos os compradores e vendedores desse estoque demandam o bem. Assim, constitui-se uma curva total de demanda do mercado que intersecciona o estoque fixado, fazendo com que a tradicional curva de oferta seja transformada em uma parte dessa curva total de demanda, pois os

vendedores teriam uma demanda para reter o ativo a cada nível de preço. Isto tudo significa que os próprios “custos” da teoria são, na realidade, subjetivos.

Esta teoria, entretanto, não surge do além. É um desenvolvimento do marginalismo de vertente mengeriana (apesar da influência de Jevons em Wicksteed), remetendo principalmente à teoria do valor e custos alternativos de Menger, Bawerk e Wieser, cuja base é a relação entre a escassez e a avaliação subjetiva do agente no processo decisório. Esta visão da economia, não poderia, de forma consistente, comprometer-se com o “ricardianismo tímido” de Marshall, o que ocasionou até mesmo um debate deste com Bawerk.

Wicksteed, apesar de tudo, não negava a utilidade prática e didática da tesoura de duas lâminas marshalliana, mas acreditava que a intenção pela qual é significada, ou seja, demonstrar a determinação dos preços per se, é errônea, de tal forma que esta representação é apenas útil para demonstrar o processo dos que trocam e não trocam quantidades do bem em questão, não o estado final de equilíbrio do mercado. O esquema da curva total de demanda do mercado resumiria a determinação de preços, descrevendo este estado de coisas mencionado e evidenciando a distribuição absoluta do bem entre os que acabam por possuí-lo e os que não o possuem.

À vista disso, Wicksteed também não hesitou em estender sua teoria para a especificação de fatores, o que serviria de resposta imediata a uma possível crítica, cujo conteúdo consistiria no fato de que a oferta poderia ser e é alterada, sendo impossível a descrição de todas as situações com um estoque fixado (i.e., uma “curva de oferta” perfeitamente inelástica). O valor dos fatores de produção dependeria de sua produtividade marginal, que corresponde à unidade de algum produto que o fator é capaz de produzir, o valor deste produto é então imputado ao bem de produção. O que seriam então os custos de produção para Wicksteed? Nada mais nada menos que o valor marginal sacrificado do bem de produção, dado pelos fins que poderia ser capaz de produzir. É claro, o leitor atento já nota a similaridade de tal ideia com a de custos de oportunidade, mas a aplicação é mais rigorosa, com referência explícita a um raciocínio que acaba por voltar, de modo último, às preferências dos indivíduos. A crítica apresentada no início do parágrafo, por sua vez, é respondida pela distinção entre ex-ante e ex-post: ex-ante tomase a decisão economizadora e são determinadas (mentalmente) as possibilidades de quantidades que podem vir-a-ser no mercado, enquanto ex-post a demanda total determina e põe em ato aquelas mesmas possibilidades (lembremo-nos da já citada filosofia aristotélica-tomista), estabelecendo, com efeito, quem terminará ou não com o bem em mãos. O sistema é resumido em um equilíbrio geral onde as taxas marginais de retorno dos setores produtivos são igualadas e os bens distribuídos de acordo com a proporção da substituição marginal dos agentes. Os custos referentes aos fatores de produção são subjetivos, prospectivos e forward-looking, sendo reduzidos a

(re)ajustes marginais de acordo com o padrão particular de sua utilização.

Resta notar, por fim, a influência que Wicksteed teve na ciência econômica. Para tal, basta analisarmos o prefácio de Lionel Robbins em seu *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* de 1932, onde os únicos autores citados, aos quais, diz ele, deve especial dívida, são Ludwig von Mises (seu mentor) e Wicksteed. Esta influente obra de Robbins, cuja definição de ciência econômica nele apresentada é até hoje utilizada, é parte dessa tradição marginalista de vertente wicksteediana, com base nos custos subjetivos, remetendo de forma última às decisões e preferências individuais, tal como é apresentada na própria definição de ciência econômica por ele fornecida: “Economics is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses.”. Robbins, além disso, foi quem reeditou o *Common Sense of Political Economy* junto de outros artigos de Wicksteed. Ademais, no clássico manual da tradição econômica de UCLA, escrito por William R. Allen e Armen Alchian, *University Economics*, de 1972, a teoria dos preços é consistentemente edificada sobre a curva total de demanda do mercado wicksteediana, não somente no nível mais abstrato, mas aplicando-a na análise de teto e piso de preços, impostos etc.

## Privatiza que piora

Matheus Cardoso Rodrigues

A onda de privatizações de empresas de setores estratégicos tem sido um grande fracasso em sua entrega, mesmo assim continuam tendo muita força e continuam ocorrendo ao redor do país de maneira trágica.

Todo ano é a mesma coisa. Os “tele-economistas” e seus políticos preferidos acham mais uma empresa estatal ou, pasmem, área pública para querer privatizar. O discurso todos conhecemos, “a máquina estatal é inchada”, “precisamos privatizar para melhorar”, “o Estado é ineficiente”, entre muitos outros clássicos bordões da direita brasileira e de alguns lados da esquerda. O problema é que até pouco tempo atrás não passava de discurso para ganhar popularidade e votos, porém tem se tornado uma crescente onda de projetos de privatizações no Brasil, principalmente em setores estratégicos da economia, como a energia, a água, os correios, transporte público etc. Alguns foram efetivados e estão em percurso, como ocorreu com a Eletrobrás em São Paulo, a Copel no Paraná, linhas de metrô em Belo Horizonte, e outras estão sendo tramadas, como a Sabesp em São Paulo, a Deso de Sergipe, Correios, entre muitas outras.

Com certeza esses serviços e setores melhoraram muito com as privatizações, não é mesmo? A gestão dos grandes capitalistas com certeza seria muito mais eficiente e melhor do que a gestão do Estado. E os exemplos são muitos, a Americanas com seu histórico rombo ou a contabilidade criativa da Magalu criando 850 milhões de reais do ar. Para comprovar essa melhora, analisemos a Copel. O número de ocorrências de interrupção de energia elétrica saltou 23,6% de um ano para o outro (setembro de 2023 comparado a setembro de 2022, quando ainda era estatal). O tempo para os agentes da empresa chegarem no local e começarem os serviços também aumentaram significativamente, indo de 137,22 minutos para 230,04 minutos em setembro de 2022 e 2023, respectivamente. Em dezembro de 2023 piorou ainda mais, chegando até 306 minutos. Se contabilizar o tempo de deslocamento médio e da execução dos serviços, a média é de 355 minutos, quase 6 horas sem energia para cada ocorrência. Em 2022, antes da privatização essa média era de 248 minutos. Todos esses dados podem ser conferidos no site da ANEEL, empresa

reguladora dos setores de energia vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Pelo menos a Copel ainda não deve R\$300 milhões à ANEEL pelas multas aplicadas devido o aos apagões e piora na qualidade do serviço ofertado em São Paulo, como a sua “empresa modelo” Enel deve. Comemoramos.



Para todas as empresas de setores estratégicos que passaram por processos de privatização é possível fazer uma análise e o resultado será muito similar, uma piora no serviço e mais uma miríade de problemas resultantes dessa decisão. Os responsáveis claramente têm algum tipo de interesse velado em privatizar essas empresas, seja para seu benefício direto ou para o indireto, ajudando seus empresários-patrocinadores, pois fica evidente que não tem bons resultados tanto nas empresas quanto na economia das cidades e estados em que é aplicado esse modelo.

Algo de bom que podemos tirar disso tudo é que aparentemente a “síndrome de vira-lata”, que é muito presente na cultura brasileira, está mudando. Enquanto a tendência do resto do mundo é a reestatização de empresas que operam em setores estratégicos, como tem acontecido na França, na Alemanha, por reconhecerem a importância desses setores na soberania nacional, na segurança do país e na garantia desses serviços como um direito da população, o Brasil esco-

lhe se livrar dos grilhões do “viratismo” e replicar a experiência frustrada desses países em entregar essas empresas ao setor privado.

## A importância da greve

Professor Francisco Paulo Cipolla

A presente greve é resultado de um arrocho duplo: sobre os salários dos docentes e sobre o orçamento destinado às despesas de custeio e investimento das universidades. Os salários de todos os trabalhadores sempre correm atrás da inflação. A naturalização desse fenômeno e sua transformação em política econômica conhecida como desindexação salarial, tem um efeito perverso porque diminui o poder de compra de todos e aumenta a taxa de exploração da força de trabalho.

Como grupo pertencente aos assalariados, o mesmo ocorreu com o poder de compra dos rendimentos dos docentes das Universidades Federais. Segundo cálculos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio Econômicos, nossa perda salarial é da ordem de 22,71%. Por isso, reivindicávamos um reajuste de 7,57% a cada ano do triênio 2024, 2025 e 2026.



No caso das universidades, o nível de salário tem a importante função de atrair para os concursos públicos os melhores profissionais disponíveis, tendo, portanto, relação direta com a manutenção da qualidade do ensino. A greve tem sido, ao longo dos últimos 40 anos, o único instrumento através do qual os docentes lograram recuperar o poder de compra dos seus salários e, assim, manter a universidade pública como locus de excelência do ensino superior.

A redução do orçamento, por sua vez, atua de forma ainda mais direta sobre a qualidade do ensino, pois incide sobre a disponibilidade de materiais, equipamentos e instalações adequados ao melhor exercício da docência. O orçamento real das universidades tem sofrido um decréscimo acentuado e contínuo. Para se ter uma ideia da magnitude desse arrocho compare-se o orçamento de 2016 com o orçamento 2024 aprovado em dezembro do ano passado. Em 2016, o orçamento valia, a preços de hoje, o equivalente a R\$ 14,2 bilhões, enquanto o orçamento de 2024 é de apenas R\$ 5,9 bilhões. O orçamento das 69 universidades federais contempladas no relatório do DIEESE sobre Financiamento das Universidades Federais revela uma redução enorme do gasto por estudante entre 2010 e 2022. Na UFPR, por exemplo, o gasto por estudante em 2010 era de R\$ 90.504, tendo sido reduzido para R\$70.375 em 2022. Essa redução afeta não somente a capacidade de pesquisa e a qualidade de ensino como também as políticas de permanência dos discentes de baixa renda que dependem de diversas modalidades de auxílio para se manterem nas universidades.

Os pesquisadores brasileiros fazem milagres com pouco: somos responsáveis por quase 3% das publicações mundiais, mesmo tendo um gasto em pesquisa e desenvolvimento bem abaixo daquele percentual; produzimos uma quantidade de trabalhos científicos sobre a Covid e Chikungunya superior a qualquer outro país do mundo. Mas esse pouco com que trabalhamos está sendo reduzido ano a ano, ameaçando fazer retroceder a posição de destaque que ocupa a produção científica brasileira nos dias de hoje.

A luta pela recomposição orçamentária reafirma o compromisso com a universidade pública e contra qualquer tentativa de mercantilização, como o pagamento de mensalidades ou a privatização da gestão das escolas públicas. No caso das universidades, o pagamento de mensalidades introduziria a possibilidade de gestão das universidades por empresas privadas, ao modo do que está sendo feito nas escolas estaduais do Paraná. Para que se tenha uma ideia, se os mais de 2 milhões de discentes matriculados nas universidades federais fossem forçados a pagar R\$ 250,00 por mês cada um, teríamos o equivalente ao orçamento empenhado, hoje em dia, para todas as universidades públicas do país, isto é, cerca de R\$ 6.000.000.000. Se gestores privados se apropriassem dessas receitas, os recursos para a pesquisa teriam que ser financiados por empresas interessadas em pesquisa e desenvolvimento orientado para seus fins lucrativos, gerando uma distorção na função social da universidade.

Por esses motivos, pauta central dessa greve é justamente a recomposição orçamentária.

Junto com a recomposição das perdas inflacionárias dos salários a greve pôs no centro do debate a sobrevivência da universidade pública, a manutenção da qualidade do ensino e sua autonomia e independência em relação aos objetivos de lucro da iniciativa privada.



## Mãos dadas

Carlos Drummond de Andrade

Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.  
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,  
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,  
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.  
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes,  
a vida presente.

[Sentimento do mundo]

*Carlos Drummond de Andrade (Itaboraí, 31 de outubro de 1902 - Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1987) foi um poeta, farmacêutico, contista e cronista brasileiro, considerado por muitos o mais influente poeta brasileiro do século XX. Drummond foi um dos principais poetas da segunda geração do modernismo brasileiro, embora sua obra não se restrinja a formas e temáticas de movimentos específicos.*



Se você tem alguma sugestão para tornar o jornal do PET melhor, venha até o grupo PET ou mande-nos um e-mail para [peteconomia@ufpr.br](mailto:peteconomia@ufpr.br)

Você também pode escrever artigos para o boletim!

Confira as normas para a submissão de textos no site do PET Economia.

Entre em contato com a gente!

Instagram: [@peteconomiaufpr](https://www.instagram.com/peteconomiaufpr)

Facebook: PET Economia UFPR

Este jornal foi desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial PET de Economia. Participantes: Bruno Rubin Oliveira, Felipe Sonda Dittrich, Gabriel Judah Benhur de Deus Pires, Gabriela Cabral de Andrade Caffeu, Gustavo Asaph Dilay de Paula, Gustavo Waldrigues Viebrantz Martins, Leandra Sackser, Leticia Arami Salinas Vargas, Luiz Felipe Rebellato Fernandes, Marco Aurelio Bach de Paula, Maria Anita Seyfferth Basso, Matheus Cardoso Rodrigues, Rafael Alexandrino de Mattos e Theo Souza de Oliveira

Tutora: Dra. Dayani Cris de Aquino.

Editoração e revisão Gabriela Caffeu, Leticia Salinas.